

ÓRGÃO DA COMISSÃO
EXECUTIVA NACIONAL DO PT



BOLETIM NACIONAL

Nº 85 - 1ª quinzena de Abril/94 - CR\$ 600,00



Estelionato eleitoral

A Comissão Executiva Nacional examinou o momento político e classificou como "fabricada" a crise entre os poderes, determinada a favorecer a candidatura de Fernando Henrique
Págs. 4, 5 e 6

9º ENCONTRO

Grande ato em
Brasília lançará
Lula Presidente
no 1º de Maio
Página 7

ALIANÇAS

A Frente Brasil
Popular está
recomposta
Agora, vamos
ampliá-la
Página 3

PREFEITURAS

Crise atinge as
relações entre os
petistas de
Jaguaquara (BA)
Página 8

CARAVANAS

O sucesso das
andanças de Lula
pelo Brasil
Páginas 2 e 4

Críticas injustas

Com a repercussão na imprensa dos pontos polêmicos do projeto de Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores, incluindo, entre outras questões, a da união civil de homossexuais, fui surpreendida com as críticas de alguns grupos de homossexuais que considero injustas e precipitadas, principalmente se considerarmos que, em nenhum momento me referi ao assunto ou sequer fiz comentários a respeito desta questão. Em última análise, acrescentaram palavras que não foram por mim pronunciadas, pois o assunto em pauta, o qual se especulava, era o aborto. Considero as críticas injustas porque atingiram uma parlamentar que sofre discriminação por ser negra e favelada e que, principalmente por isso, se destacou na Constituinte e na Câmara dos Deputados pela defesa dos direitos humanos e pelo combate a todo tipo de opressão.

Injusta, ainda, porque representei o Partido dos Trabalhadores na Constituinte sendo a interlocutora junto aos grupos de prostitutas, homossexuais, empregadas domésticas, de negros, mulheres, índios, crianças e adolescentes, idosos, discutindo com eles a inclusão de seus direitos no

Capítulo dos Direitos e Garantias Individuais.

Mediante as acusações e o impasse provocado pela deturpação das minhas declarações, sinto-me obrigada a recorrer à história para mostrar minha intocável coerência e consciência política. Mesmo porque sou mulher negra e sei, portanto, o quanto é terrível e humilhante a discriminação e o preconceito.

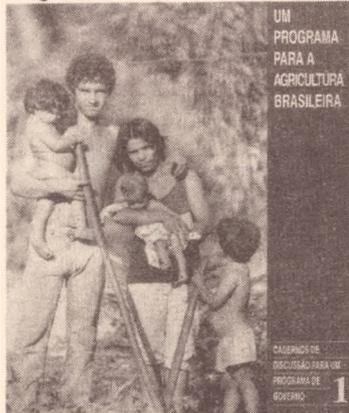
É também uma crítica precipitada porque, sequer tentaram esclarecer comigo ou mesmo com o partido, o que estava em discussão, atacando precisamente seus mais firmes e consequentes aliados. A polêmica não é sobre o mérito da questão, mas se esta deve ou não fazer parte do Programa de Governo.

Consideramos que não cabe ao Programa de Governo incluir um ponto que é da esfera legislativa e constitucional, mas sim fazer parte do programa do Partido dos Trabalhadores, entendendo que é preciso avançar no combate a discriminação ao homossexualismo. Por isso estranhei a posição assumida por parte do movimento e espero que reflitam melhor sobre o alcance dessa luta, para que não sejam confundidos os que realmente combatem o preconceito no Brasil, com os que cotidianamente reproduzem impiedosamente, nos seus atos, a discriminação.

Desde já coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos.

Benedita da Silva
Deputada Federal (PT-RJ)

Um Programa para a Agricultura Brasileira



Para adquirir o Caderno para Discussão do Programa de Governo, entre em contato com a Secretaria Agrária Nacional

EDITORIAL

Escola de Cidadania

Alguns dias antes da abertura do 9º Encontro Nacional, Lula estará terminando a VI Caravana da Cidadania e estará concluindo um trabalho inédito na trajetória dos políticos brasileiros que invariavelmente preferem o conforto dos gabinetes e a proximidade cotidiana das elites.

Foi um ano inteiro de encontros e de mobilizações em quase todo o Brasil(*). Desde abril de 1993, quando Lula resolveu refazer o trajeto de Garanhuns (em Pernambuco, onde nasceu), ao Guarujá (na Baixada Santista, onde chegou com sua família em 1952), todas as caravanas tem sido marcadas por um objetivo central: **conhecer a realidade de cada lugar através do depoimento das pessoas e das entidades que vivem essa realidade.**

Hoje é possível afirmar que Lula é o político que mais conhece o Brasil e os brasileiros. Da mesma forma, ele é o político mais conhecido pelos brasileiros e pelas entidades representativas de praticamente todos os setores da sociedade. Outra meta das caravanas tem sido a de romper preconceitos existentes contra Lula e o PT, disseminados em todo o Brasil por Collor, seus apoiadores e a mais variada gama de adversários que se aproveita da desinformação para caluniar o partido e o nosso candidato. Por onde as caravanas vem passando, em particular no interior de todos os estados, em maior ou menor grau, ainda há gente – no povo e nas elites – que acreditou no terror de 1989 e que formou a imagem de um Lula sem capacidade e sem conhecimento.

A passagem da caravana deixa um saldo incontestável. Junto aos oprimidos, não há dúvida

alguma que se construiu um elo de confiança e a figura de Lula é identificada com a esperança de dias melhores. Junto às elites, foi conquistado o respeito e deixada a marca da competência.

Vale a pena registrar que, junto com Lula, centenas de pessoas integraram as comitivas nos diferentes trechos de cada uma das caravanas, colaborando para realizar um contato mais amplo em cada visita e para detalhar cada um dos temas. Uma verdadeira universidade da cidadania se formou nas estradas e nos rios. Em contrapartida, centenas de documentos – relatando experiências, reivindicando e fazendo propostas – vem sendo recebidos pelas caravanas e serão aproveitados no detalhamento do programa de governo.

Através de um cálculo impreciso, mas com certeza subestimador, dá para afirmar que as caravanas já mobilizaram mais de cem mil pessoas. Isto sem contar o alcance da repercussão da passagem da Caravana através de entrevistas e noticiários na imprensa local. Mesmo onde a atividade programada não prevê atos ou comícios, parte da população se desloca para saudar a passagem de Lula. É comum também a participação de inúmeras pessoas que declaram querer apenas conferir, pois não acreditam que “uma autoridade se dê ao trabalho de pisar num lugar tão abandonado como aquele”.

* Ficam faltando ainda o Espírito Santo e o Distrito Federal.

Clara Ant
membro da CEN

BOLETIM NACIONAL

Abril/94
1ª quinzena Nº 85

O Boletim Nacional é uma publicação quinzenal da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores Rua Conselheiro Nébias, 1052 CEP 01203-002 - São Paulo/SP Fones (011) 223.7999/7904 Fax: (011) 222.9665

Secretário de Comunicação

Markus Sokol

Secretário Adjunto

José Américo Dias

Jornalista Responsável

Marisa Lourenço MTb 18.321

Colaboradores

Cintia Campos

Editoração Eletrônica

William Aguiar

Assinaturas/Expedição

Ronney Lopes

Impressão

Central Print

ALIANÇAS**Prosseguem os contatos**

Com o PSB e o PC do B já integrados à frente em torno da candidatura Lula, está recomposta a Frente Brasil Popular, que disputou a presidência em 1989. “Agora, vamos ampliar essa frente”, diz o coordenador de Comunicação do Comitê Lula-94, Markus Sokol. Os contatos com o PPS, PCB e PSTU prosseguem, com discussões sobre programa de governo e sobre os nomes cogitados para a vice-presidência.

As indicações feitas até agora para o vice de Lula foram os nomes do vice-prefeito de Belo Horizonte (MG), Célio de Castro, a ex-prefeita de Natal (RN), Wilma Farias (ex-Maia), o prefeito de Maceió (AL), Ronaldo Lessa, e o senador gaúcho José Paulo Bisol, esse o mais lembrado.

“A candidatura Wilma Maia foi desencorajada”, diz Markus Sokol. Quanto a Ronaldo Lessa, após uma série de contatos, o prefeito decidiu não se desincompatibilizar do cargo.

Partidos

Os contatos com o PST-U estão a cargo dos vice-presidentes do PT, Rui Falcão e Luiz Eduardo Greenhalgh. “A discussão está a

meio caminho. O acordo ainda será materializado em um protocolo escrito, que também será assinado por todos os partidos coligados”, conta Greenhalgh.

Uma novidade são as gestões que o PT vem fazendo em direção ao PDT. “São contatos iniciais”, diz Markus Sokol. “Nosso objetivo é, ao menos, facilitar um entendimento para o segundo turno. Embora estejam engatinhando, as conversações com o partido de Leonel Brizola já permitem dizer que uma aliança com o PDT ainda no primeiro turno não está descartada. Nos encontros com o PT, a direção nacional do PSB levantou a hipótese de um acordo com PMN. O PT ainda não fechou posição sobre o assunto, mas a coordenação do Comitê Lula-94, após discussões preliminares, concluiu que o PT conhece pouco o PMN, “partido com o qual temos poucas relações, sem um caminho percorrido em comum”. As lideranças mais conhecidas do PMN são o deputado federal Nilson Gibson, de Pernambuco, e o ex-governador da Bahia, João Durval Carneiro. “São pessoas com uma trajetória política muito distante da nossa”, diz Sokol.

Comitê Lula inaugura sede

Fique atento: dia 25 de abril o Comitê Lula-94 inaugura sua sede, na Avenida Angélica, 35, em São Paulo, com uma grande festa. Antes, no dia 11 de abril, a coordenação do comitê e os grupos de trabalho

serão formalmente apresentados à imprensa e ao público, num coquetel na Choperia Continental, também em São Paulo, a partir das 19 horas. Participe, agite, Brasil Urgente, Lula Presidente!

Lula volta a processar Maluf

Injúria, calúnia e difamação. Pelo menos nessas três “categorias”, Maluf prova que é muito competente. Ao atribuir a Lula uma ligação com PC Farias, em declarações ao jornal *O Globo*, o prefeito de São Paulo deu motivos para o nono processo movido por Lula contra ele. Desta vez, o presidente do PT cobrará na justiça uma indenização por danos morais. “Além de explicar os US\$ 19 milhões que faturou no caso Pau Brasil, Maluf vai ter que provar as acusações”, diz Luiz Eduardo Greenhalgh, responsável pela coordenação jurídica do Comitê Lula-94 e advogado responsável por mais este processo. “Como as acusações são mentirosas, ele

vai pagar por sua calúnia, injúria e difamação”. No ritmo que vai, Maluf — que agora desistiu de candidatar-se à Presidência — ainda acabará exclusivo das páginas policiais.

Lula tomou conhecimento das acusações de Maluf no Rio Grande do Norte, onde cumpria compromissos da VI Caravana da Cidadania. A coordenação do Comitê classificou de “ridícula” a tentativa de Maluf de relacioná-lo a Paulo César Farias. Enquanto o PT lutava para por Collor e PC na cadeia, Maluf engordava seu patrimônio com o dinheiro da Pau Brasil — maracutaia muito semelhante às praticadas pela gangue collorida.

CUPOM DE ASSINATURA**Boletim Nacional**

Envie este cupom, juntamente com um cheque nominal ao Partido dos Trabalhadores, no valor de sua assinatura, para: Rua Conselheiro Nébias, 1052 – CEP 01203-002 – São Paulo

Nome _____

Endereço _____

_____ Bairro _____

CEP _____ Telefone _____

Estado _____ Cidade _____

Assinatura semestral (12 edições) 6,5 URV

Assinatura anual (24 edições) 13,0 URV

Seminário sobre Administração

O tema Administração Pública não tem sido — nas discussões internas e públicas do PT — colocado na ordem de prioridade que merece. A deputada federal Maria Laura está propondo a realização de um seminário sobre o Administração Pública, Democracia e Governabilidade que deverá enriquecer o debate e oferecer subsídios para a discussão sobre a inserção do tema no Programa de Governo do PT.

Devem participar do seminário, além de membros do DN, da CEN e da bancada federal, especialistas nas diversas áreas ligadas ao tema, representantes do movimento sindical ligado ao PT, companheiros que tenham participado de experiências nas Administrações

Municipais e convidados.

O evento deverá acontecer até o dia 17 de abril, para permitir a sistematização de suas conclusões e subsidiar o Encontro Nacional. Serão realizados quatro painéis temáticos: 1) Diagnóstico da Administração Pública Federal — traçar um panorama geral da situação atual da estrutura administrativa do Governo Federal; 2) Estado Brasileiro e Governabilidade — aprofundar a abordagem sobre o Papel do Estado e sua interface com a Administração Pública; 3) Autonomia do Movimento Sindical e Participação Social; 4) Encaminhamento de Propostas (Encerramento), que deve sintetizar as discussões travadas nos painéis e orientar a produção de documentos síntese.

CARAVANA DA CIDADANIA

"Lula trouxe esperança"

Está terminando mais uma Caravana da Cidadania — a sexta — que em doze dias percorreu 43 municípios no alto sertão nordestino. Os caravaneiros, que partiram de São Paulo no dia 19 de março, percorreram quatro Estados: Piauí, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. José Guimarães Nobre, presidente do Diretório Regional do Ceará e membro do Diretório Nacional conta um pouco do sucesso que a Caravana fez em seu estado.

"A Caravana da Cidadania se deparou, no Ceará, com realidades bem distintas, principalmente ao percorrer o sertão central onde se concentra a maior taxa de miseráveis do estado. Boa Viagem, Quixeramobim, Quixadá, Choró Limão, Canindé e Madalena, municípios onde a seca é uma das principais causas da miséria e da fome, foram visitados por Lula, que foi recebido com festa. A festa era para comemorar a chegada da Caravana e, por diversas vezes, também da chuva. Em Madalena, cidade que padece com a estiagem, Lula fez comício debaixo de chuva. A prefeita Antonia Lobo (PDT) disse, emocionada, que com sua boa estrela Lula trazia para o povo "a esperança de mudança e a chuva".

Dentre os contatos feitos pela Caravana da Cidadania vale destacar, pela importância, o encontro com lideranças do Movimento dos Sem Terra da região do sertão central, área onde há o maior número de assentamentos.

Em Quixadá — administrada pelo petista José Ilário Marques — Lula conversou com os trabalhadores rurais pequenos proprietários e declarou que estava encantado com a atitude do prefeito. Ilário recuperou os tratores da prefeitura que há décadas trabalhavam nas grandes fazendas para utilizá-los no atendimento a dois mil pequenos proprietários que não tinham como arar a terra. "Se houvesse mais administrações sérias comprometidas com a participação popular

e com o pequeno agricultor, haveria mais soluções", disse Lula.

Vestiu a camisa

Durante sua andança por Quixadá Lula vestiu a camiseta promocional do principal ponto de programa da prefeitura do PT: "A prefeitura com você", que consiste em atender às prioridades estabelecidas pelos distritos municipais. As discussões sobre prioridades realizadas nos 15 distritos (semelhantes a administrações regionais) envolveram entre 15 e 20 mil pessoas, mais de 20% da população e resultaram na formação de Conselhos Comunitários de Habitação, Desenvolvimento Municipal etc.

Rumando para o litoral leste, a Caravana visitou diversos municípios até chegar em Icapuí. Nesses municípios os principais temas debatidos foram a pesca e o desenvolvimento do turismo, base da economia local.

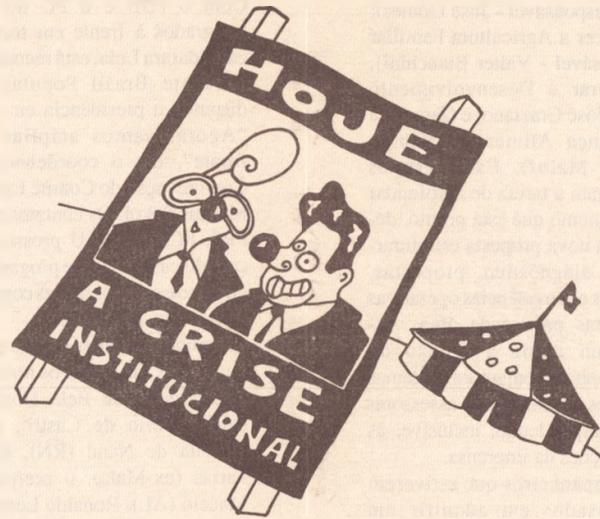
Em Acarati, conversando com um pescador Lula descobriu que o mesmo peixe que ele vendia por CRS 500,00 chegava ao mercado custando ao consumidor CRS 1.200,00. E que desses quinhentos cruzeiros, metade ficava com o dono do barco, pelo pagamento do aluguel. Essa conversa serviu de exemplo para a tônica da discussão sobre a pesca no litoral leste.

Esperança

As boas vindas à Caravana, em Icapuí, foram dadas por um grupo de teatro popular e um coral de crianças. Neste município, administrado pelo petista José Airton Cirilo, Saúde e Criança na Escola são as prioridades da prefeitura. Ao receber flores de uma das crianças do coral, a ex-prefeita de São Paulo, Luiza Erundina emocionou-se. Ela recordou, ao discursar, que ouvira, dias antes, em Choró Limão, uma criança de nove anos já sem esperança, que dizia não ter razão para viver. "Em Xoró Limão vimos crianças desejando a morte, aqui vemos crianças felizes e cheias de vida".

Governo fabrica crise anti-Lula

O PT advertiu a nação sobre o estelionato eleitoral que se armava. O governo fabricou uma crise entre os poderes para favorecer a candidatura de FHC



Reunida no dia 25 de março, a Comissão Executiva Nacional do PT avaliou o momento político e a chamada "crise dos salários", aprovando a seguinte nota pública:

O Partido dos Trabalhadores, desde o primeiro exame do Plano FHC-2, advertiu a nação sobre o estelionato eleitoral que se armava.

Os fatos denunciavam a profundidade do estelionato em marcha e a irresponsabilidade de que são capazes as elites que o patrocinam.

A negociação do pagamento da dívida externa com os banqueiros e o FMI é feita em estranhas condições, com reservas de "sigilo", cujo custo eleva o próprio valor da dívida que, mais uma vez, recairá sobre os contribuintes.

Furos da URV

A implementação da URV já apresenta furos — sempre em prejuízo dos assalariados — quando disparam os preços da cesta básica, ou quando o governo patrocina aumentos "urvizados" nas tarifas públicas. Aliás, foi contra o logro da estabilização através da URV que o movimento sindical

promoveu um Dia Nacional de Luta no último 23 de março, com greves e manifestações largamente seguidas em vários estados.

Crise

É neste quadro que foi fabricada a crise institucional em torno dos 10,94% para os funcionários do Judiciário e Legislativo. Na verdade, o dia 20 é a data tradicional do pagamento desses setores. E já estava previsto que os funcionários do Executivo — afilados os militares — tinham assegurado seu pagamento nesta data, a partir de julho.

Itamar e Fernando Henrique pretendem, nesse episódio, recuperar o prestígio perdido, um, e desviar, o outro, a atenção dos verdadeiros problemas suscitados pelo plano.

A medida de justiça nesse episódio não é igualar o arrocho para todos, como pretendem vozes do governo, mas recuperar as perdas para todos, tanto no setor público como no setor privado. Reservando-se os militares a cuidar de suas atribuições constitucionais — que não incluem a política salarial, mesmo se compartilhamos da

preocupação com o soldo da tropa, e com os salários de todo o funcionalismo público.

É por isso que a Bancada Federal do PT no Congresso Nacional exige a imediata votação da MP 434, para reverter as perdas salariais que ela embute, com a mesma determinação com que recusou os cortes em Educação e Saúde do Fundo Social de Emergência, que iniciaram o Plano FHC-2, e, coerentemente, recusou um aumento salarial extemporâneo dos parlamentares, que, afinal, não se consumou.

A propósito, é isso que se espera do Congresso, e não que insista na tentativa de uma revisão constitucional condenada pela sua inoportunidade, como pela incapacidade da maioria desse Congresso de levá-la adiante.

Na verdade, aproxima-se o momento de atacar de frente a crise nacional, da qual o Congresso Nacional é parte, elegendo um novo Congresso e um novo Governo que promovam as reformas estruturais necessárias.

São Paulo, 25/03/94
Comissão Interna da CEN

Trabalhadores param contra FHC-2

A CUT considerou um sucesso o Dia Nacional de Luta convocado pela central contra o Plano FHC-2, em 23 de março.

Os petroleiros fizeram greve geral nacional. A seguir, um balanço das manifestações e das paralisações nas demais categorias:

Acre- agitação de rua, com carros de som

Alagoas- Rodoviários: houve paralisação total.

Amazonas- adesão do funcionalismo federal e estadual, previdenciários, funcionários da justiça federal e da Universidade. Um ato público reuniu cerca de mil pessoas.

Amapá- Previdenciários, funcionários da Universidade Federal, da DRT, da Embratel, funcionalismo público estadual e municipal e o setor eletricitários. Uma passeata em Macapá reuniu 500 pessoas.

Bahia- Condutores, petroquímicos, metalúrgicos, funcionários públicos estaduais, federais e municipais, bancários, trabalhadores da limpeza pública, professores da rede particular, vigilantes e funcionários da Polícia Federal.

Ceará- Em Fortaleza, um ato público com a presença de Lula reuniu 12 mil pessoas. Previdenciários e o funcionários públicos municipais fizeram paralisação.

Distrito Federal- Dez mil trabalhadores fizeram passeata pela Esplanada dos Ministérios. Pararam os trabalhadores em educação, polícia federal, funcionários da Eletrobrás, Eletronorte e Fumas.

Os trabalhadores sem-terra fizeram ocupações.

Espírito Santo- Funcionalismo estadual, previdenciários e IBGE.

Goiás- Funcionários públicos federais, trabalhadores na educação estadual e municipal, da Escola Técnica Federal e da Universidade, setores dos previdenciários e do funcionalismo estadual. Cerca de mil pessoas participaram de um ato público seguido de passeata em Goiânia.

Maranhão- Metalúrgicos e ferroviários de São Luiz, funcionários da Universidade, funcionalismo federal, previdenciários, da Fundação Nacional de Saúde, funcionários da Universidade Federal e Estadual, trabalhadores do setor de alimentação. Em Imperatriz, pararam os funcionários federais e previdenciários. Houve passeata em São Luiz, com cerca de 500 manifestantes.

Minas Gerais- Pararam os eletricitários, funcionários da Dataprev, previdenciários, funcionalismo público federal. Houve passeata e panfletagem em Belo Horizonte.

Mato Grosso- Pararam funcionários públicos federais e municipais, funcionários e docentes da universidade federal, previdenciários e trabalhadores em educação e os condutores de Cuiabá. Houve manifestações em Cuiabá, Alta Floresta e Barra do Garças.

Pará- O comércio fechou as portas em Belém. Aderiram os rodoviários, trabalhadores da Celpa, Consapa, Eletronorte, da educação estadual, e docentes da universidade federal, funcionalismo federal e estadual, construção civil e correios.

Paraíba- Parou o funcionalismo federal. O comércio funcionou parcialmente em João Pessoa.

Pernambuco- Houve passeata e ato público em Recife. Aderiram à paralisação os trabalhadores da saúde, os metalúrgicos e os professores da rede particular.

Piauí- Pararam os rodoviários, o funcionalismo federal, professores da universidade, professores e funcionários da Escola Técnica Federal e da rede estadual, IBGE. Houve passeata em Teresina. Os bancários fizeram manifestações nas portas das agências.

Paraná- Em Curitiba, um plebiscito na "Boca Maldita" teve o placar de 1.000 votos contra o plano e apenas 70 a favor. Os rodoviários fizeram passeata. Pararam os funcionários públicos municipais. Em Londrina pararam os funcionários da universidade e do INSS.

Rio de Janeiro- Na capital, houve passeata. Pararam o funcionalismo federal, telefônicos, funcionários da Dataprev e servidores civis das forças armadas do 1º Distrito Naval.

Rio Grande do Norte- Rodoviários, trabalhadores na saúde e na educação, professores municipais de Natal, Escola Técnica Federal, IBGE, previdenciários, funcionalismo estadual e federal, Universidade Federal.

Rio Grande do Sul- Paralisação dos funcionários públicos federais, previdenciários, servidores da educação do estado, universidade, rede particular.

Rondônia- Paralisação dos trabalhadores em educação da rede municipal de Porto Velho.

Santa Catarina- Houve manifestações em Florianópolis (dia 22), Criciúma, Tubarão, Chapecó, Concórdia, São Miguel D'Oeste, Campo Erê, Xanxerê, Pinhalzinho, Joinville e Blumenau.

Sergipe- Paralisações dos petroquímicos, funcionários da universidade federal, e funcionários do Inera.

São Paulo- Aderiram dezessete categorias com diversas manifestações em todo o estado. Os aposentados participaram ativamente da mobilização. Em Campinas, Taubaté, Cubatão e no ABCD houve bloqueio de rodovias.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS**Eleições em El Salvador**

A Comissão Executiva Nacional do PT enviou mensagem a Ruben Zamora, candidato da Coalición FMLN-Convergência Democrática, manifestando a satisfação do Partido dos Trabalhadores pela boa votação da Coalición — que permitiu a eleição de mais de 30% do total dos parlamentares, assim como a passagem para a disputa no 2º turno — enviando votos de sucesso e vitória definitiva.

A CEN manifestou, ainda, sua preocupação frente a irregularidades no pleito através da seguinte nota:

“Diante das denúncias de Coalición FMLN-Convergência Democrática, confirmadas por observadores internacionais e membros das Nações Unidas, a respeito da

ocorrência de fraude técnica nas eleições em El Salvador, o Partido dos Trabalhadores expressa sua preocupação e conclama a comunidade internacional para evitar a repetição dessas irregularidades, durante o segundo turno.

Um número proporcionalmente pequeno de locais de votação e a ausência, nas listas, dos nomes de 15% do eleitorado recentemente cadastrado, impediram a votação de aproximadamente 50% dos eleitores.

A ocorrência de fraude, no segundo turno, poderá por em risco todo o processo democrático em El Salvador e repercutirá negativamente nos povos da América Latina que colocam sua esperança na democracia.”

MOVIMENTOS POPULARES**Seminários Setoriais**

Educação, Criança e Adolescente, Negros, Política Urbana — Moradia, Saneamento, Transporte. A Secretaria Nacional de Movimentos Populares estará realizando quatro seminários nacionais para aprofundamento do programa de governo Lula nessas áreas e, ainda, para definir cronograma de atividades para detalhamento desses programas setoriais. Os seminários das áreas Educação, Criança e Adolescentes e Negros

serão realizados em São Paulo, entre os dias 16 e 17 de abril (apenas o de Educação vai de 15 a 17) e o seminário de Política Urbana será em Belo Horizonte (MG), também nos dias 16 e 17 de abril.

A SNMP convida os companheiros e companheiras que atuam nessas áreas a participarem. Maiores informações e inscrições com Cida, no Grupo de Apoio do Diretório Nacional, fone (011) 223.7999.

Participe desta campanha!

Sim, desejo assinar a Revista Teoria & Debate por:

4 edições = 16,7 URVs 8 edições = 29,6 URVs.

Para isso, envio cheque nominal à Revista

Teoria & Debate, juntamente com este cupom.

Nome: _____ Fone: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ UF: _____ CEP: _____

Rua Conselheiro Nébias, 1052 - Campos Eliseos
São Paulo-SP Cep: 01203-002 — Fone: (011)223-7999

AGRÁRIA**Programa para a Agricultura**

Depois das reuniões e seminários com companheiros especialistas nas questões agrária e agrícola e da sistematização das respostas aos questionários “Um programa para o campo feito por nós”, que envolveu cerca de 10 mil militantes em 18 estados, a Secretaria Agrária Nacional está publicando o resultado: o Programa de Governo para a área de Agricultura.

Este documento deverá servir de subsídio para discussões e debates nos Encontros, que devem ser realizados pelas Secretarias Agrárias Estaduais, para que, posteriormente, sejam incorporadas as novas contribuições. Para melhor desenvolvimento das atividades relativas à elaboração do programa, a SAN adotou, como metodologia, a divisão do Programa em quatro grupos temáticos: Democratizar a propriedade da

terra (responsável - José Gomes); Fortalecer a Agricultura Familiar (responsável - Valter Bianchini); Assegurar o Desenvolvimento Rural (José Graziano) e Garantir a Segurança Alimentar (Renato Sérgio Maluf). Estes grupos assumiram a tarefa de aprofundar o documento que está pronto, devendo a nova proposta estruturar-se em diagnóstico, propostas, recursos e providências operativas imediatas para cada área. Assumiram ainda a função de acompanhar a conjuntura nos temas relativos às suas áreas e assessorar Lula, respondendo, inclusive, às solicitações da imprensa.

Os companheiros que estiverem interessados em adquirir um exemplar do Programa para a Agricultura, devem entrar em contato com a Secretaria Agrária Nacional.

Solidários com Cascão

Militante do movimento rural na conflituosa região de São Felix do Araguaia e ex-prefeito da Administração Popular de Porto Alegre do Norte (MT), Rodolfo Alexandre Cascão está sendo acusado de ter participado de um conflito de terras na fazenda Tatuubi, no município de Canabrava, que resultou na morte de dois pistoleiros. Na data do episódio Cascão encontrava-se a 400 quilômetros de distância do local do conflito, assessorando a prefeitura de Canarana.

A Secretaria Agrária Nacional esta

pedindo, portanto, dois gestos de solidariedade ao companheiro: contribuições para uma campanha de arrecadação de fundos para as despesas judiciais e passagens de oito testemunhas de defesa que atualmente residem em outros estados — Banco Nacional, agência 0590 - BH, conta 02857-1, Comitê Rio Maria; e manifestações de solidariedade, que podem ser endereçadas à Comissão de Direitos Humanos de São Felix do Araguaia, que dará ciência ao Judiciário Local.

ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**Barateamento das tarifas**

A Frente Nacional de Prefeitos, entidade que agrega prefeitos das capitais — da qual participam prefeitos petistas — desenvolveu em 93 uma ampla mobilização com o objetivo de propiciar o barateamento das tarifas de transporte coletivo urbano, através da combinação de políticas, ações e investimentos da União e dos

Municípios.

A Frente está convocando as demais esferas de governo, parlamentares, entidades sindicais e a sociedade a se manifestar em defesa dessa campanha, enviando mensagens ao presidente da República repudiando o controle oligopolista do setor e apoiando as teses já apresentadas pela FNP.

ENCONTRO NACIONAL

1º de Maio: Lula na Rampa do Congresso

O lançamento festivo da candidatura Lula à Presidência será o ponto culminante do 9º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, que se realizará em Brasília nos dias 29 e 30 de abril e 1º de maio.

O Encontro deverá aprovar o Programa de Governo Lula e a linha de atuação eleitoral, incluindo alianças e coligações, bem como emendas ao Estatuto do PT. Também será escolhido o nome do vice de Lula.

Temário

O principal tema do 9º Encontro Nacional é o Programa de Governo. Uma comissão de sistematização, constituída por Marco Aurélio Garcia, João Machado, Clara Ant, Jorge Almeida e Sonia Hypolito, receberá e compilará as emendas ao Programa, inclusive as procedentes dos Encontros Estaduais. Os delegados deverão receber um Caderno de Emendas facilmente localizáveis no texto do Programa, e a comissão assessorará o plenário e a mesa no debate e na votação do texto final.

Procedimento semelhante será adotado para os demais pontos do temário. Para o tema das eleições há uma Comissão de Sistematização, constituída por Rui Falcão, Markus Sokol, Paulo Vanucchi e Perseu Abramo, que está encarregada de redigir um texto básico e sistematizar emendas originadas em encontros ou apresentadas por delegados, bem como acompanhar os debates e votações.

Para o Estatuto do Partido, a comissão é formada por Tatau Godinho, José Luiz Fevereiro e

Arlete Sampaio. Nesse ponto já há um documento básico, preparado pelo coletivo da Secretaria Nacional de Organização, e que já foi remetido para os diretórios regionais. No 9º Encontro Nacional serão debatidas e votadas apenas algumas emendas específicas ao Estatuto—entre as quais destacam-se as referentes à concepção partidária de mandato eletivo e à questão de fidelidade partidária. O conjunto do novo estatuto será debatido e votado em data posterior, a ser definida pelo próprio 9º Encontro.

A Comissão Interna da CEN designou o companheiro Joaquim Soriano como coordenador geral do 9º Encontro, que tem reunido um grupo de trabalho encarregado dos preparativos do Encontro.

Organização

O 9º Encontro deverá reunir cerca de 600 delegados, eleitos nos encontros estaduais e em encontros setoriais, que já começaram a realizar-se em praticamente todos os estados do País. Além disso, deverão

estar presentes numerosos observadores do próprio PT—parlamentares, executivos—, bem como de partidos coligados ou que apoiam a candidatura Lula. Os convites a partidos democráticos e progressistas do exterior, bem como a embaixadas, estão sendo expedidos.

O Encontro será realizado nas dependências da Câmara dos Deputados, onde já estão reservados o Auditório Nereu Ramos e salas das comissões. As refeições, contratadas pelo Partido, serão servidas no restaurante da Câmara.

O transporte das delegações até

Brasília é de responsabilidade da Tesouraria Nacional e das tesourarias estaduais, que deverão entrar em contato entre si para o estabelecimento de critérios, classificação de trajetos aéreos e terrestres, etc. Haverá rateios para equalização de despesas.

Também deverá haver rateio para hospedagem, nas várias alternativas que estão sendo estudadas, dentro das possibilidades de hotéis e entidades com alojamento existentes em Brasília. Nos alojamentos estará incluído o café da manhã. Haverá rateio para os delegados. Os convidados, inclusive os estrangeiros, deverão arcar por conta própria com suas despesas de passagens e hospedagem. A organização do Encontro poderá responsabilizar-se pela alimentação.

O Ato

O ato de encerramento do 9º Encontro será feito na Rampa do Congresso, organizado pelos companheiros do PT do Distrito Federal, e deverá contar com a presença de delegações enviadas pelos diretórios estaduais.

**Calendário**

3 de abril

Data final para Encontros Municipais

8, 9 e 10 de abril

Data final para Encontros Estaduais

13 de abril

Entrega da proposta de Caderno de Emendas à CEN

15 de abril

Entrega de propostas de emendas pontuais ao Estatuto

16 e 17 de abril

Data final para encontros setoriais (de caráter nacional)

18 de abril

Entrega de emendas à Comissão Coordenadora do 9º Encontro

4, 15, 20 e 27 de abril

Reuniões da CEN (a reunião do dia 20 depende de confirmação)

28 de abril

Reunião do DN, em Brasília

ASSINE O BOLETIM NACIONAL

JAGUAOUARA

O que é isso, companheiros?

Aprovadas por unanimidade pelo Tribunal de Contas do Estado, as contas da prefeitura de Jaguaquara (BA) relativas ao exercício de 1992 foram rejeitadas pela Câmara Municipal, no último dia 17 de março. O que poderia parecer apenas um caso de Legislativo fiscalizando Executivo — afinal, cumprindo suas atribuições constitucionais — é um elemento de disputa interna do PT local: as contas foram apresentadas pelo ex-prefeito, que é petista, e recusadas por vereadores também petistas. O atual prefeito — mais um petista — estava fora da cidade no dia da votação.

“O parecer do TCE não apresentava nenhum motivo para a rejeição das contas”, admite o atual prefeito Paulo Nunes, apoiado pelos dois vereadores petistas que votaram contra a aprovação. “O clima aqui está muito acirrado”. Paulo conta que tentou convencer os dissidentes. “Mas Oswaldo não se comportou como quem queria o apoio deles”.

Paulo se refere ao ex-prefeito Oswaldo Moraes, a quem atribui um “temperamento difícil”. Ao passar o cargo a seu sucessor — seu ex-secretário de Saúde —, Oswaldo

teria partido para “uma campanha de queimação” contra a nova gestão petista, acusando-a de estar “aliada à direita”. Seria esse o maior motivo da rejeição das contas: “Os vereadores queriam que ele desmentisse essas acusações para votarem a favor”.

Feudo petista

Desde o final de 92, os narizes mais sensíveis farejam algo de podre no antigo “feudo petista” de Jaguaquara. Depois de eleger seu primeiro prefeito do PT, em 88, a cidade parece ter gostado da escolha: votou maciçamente em Lula, em 89, e deu aos candidatos do PT ao governo e ao senado, em 90, o invejável índice de 52% dos votos. A eleição de Paulo Nunes

para prefeito, em 92, com 14 mil dos 22 mil votos em disputa, não foi surpresa. Nem a composição da Câmara: metade mais um dos vereadores. Surpresa mesmo foi a guerra interna que veio a seguir. Começou com a eleição para a presidência da Câmara, em 93. Talvez por falta de opositores, os petistas se dividiram entre “oswaldistas” — largamente majoritários no Diretório Municipal — e “paulistas”, aliados do novo prefeito. Os “oswaldistas” apresentaram a vereadora Sandra Magalhães, a mais votada no município, para a presidência do Legislativo. Os “paulistas” propunham o nome de José Vitorino, oriundo do PDS, então petista e hoje no PDT. Sandra perdeu a

eleição, graças ao apoio da direita local a Vitorino.

Confusão

As consequências da disputa são as previsíveis: “Muita gente que apoiava o PT se afastou”, conta Sandra. “Apesar da falta de apoio do Diretório Municipal, estamos tocando o barco”, contrapõe Paulo Nunes. Dos sete vereadores eleitos em 92, a bancada petista hoje está resumida a quatro parlamentares. Além de Vitorino, que trocou o PT pelo PDT, Pedro Bernardino e José Carlos Lima, o “Cabo Lima” — os dois vereadores que rejeitaram as contas de Oswaldo Moraes — pediram afastamento do partido na semana passada: “Eles temem ser expulsos, por isso se afastaram”, conta o atual prefeito.

Quem não está gostando nada da confusão é o Diretório Regional do PT-Bahia: “Nada justifica a atitude dos dois vereadores. Eles não votaram contra uma pessoa, votaram contra uma administração petista, sem que nada pesasse contra a gestão”, diz o deputado Nelson Pellegrino, presidente do DR-BA. Para acompanhar a crise em Jaguaquara, a direção estadual nomeou uma comissão, que já esteve na cidade ouvindo as partes.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Ameaça de cassação de Angela é um absurdo

O pedido de cassação da prefeita de São José dos Campos (SP), Angela Guadagnin, apresentado pelo vereador pefelista Aloisio Petit, baseia-se em 17 pontos sem fundamento. Quatro desses pontos versam sobre a “omissão quanto à publicação do Boletim do Município às sextas-feiras” e consequente “retardamento na publicação de atos oficiais e editais de concursos públicos”. Uma liminar sobre estas questões já havia sido pleiteada antes do pedido de impedimento e o juiz de direito João Batista Silvério da Silva negou a liminar, observando que “não se vislumbra

a possibilidade de ocorrência de dano irreparável”. Uma das causas do problema, a deficiência da gráfica do município, é bem anterior a esta gestão.

Em outro item do pedido de impedimento, aquisição de equipamentos de informática a preços superfaturados, aquele vereador acusa a prefeitura de uma irregularidade que ela mesma denunciou e vem apurando. Angela Guadagnin já determinou a anulação do contrato e toma, agora, medidas para ressarcimento dos cofres públicos.

É nesse nível de acusações infun-

dadas que seguem os demais itens. Mais absurdo do que a formulação do pedido de cassação da prefeita, foi sua aprovação. Atropelando a lei Orgânica do Município, a Câmara aprovou o pedido de impedimento por maioria simples — 50% mais um —, quando somente poderia fazê-lo com dois terços dos votos. A prefeita entrou, então, com pedido de liminar para tornar sem efeito a votação — que, frente a irregularidade, era praticamente garantida. A ansiedade por um resultado favorável levou a um episódio constrangedor. O secretário de assuntos jurídicos, João Lucio (PSB),

tão logo soube que a liminar seria concedida, passou adiante a informação, para ser divulgada pela Secretaria de Comunicação do município.

Estaria tudo bem não fosse o fato da liminar não ter sido lavrada — a informação era apenas oficiosa. O clima assim criado sugeria, erradamente, que o Executivo estaria fazendo pressões indevidas sobre o judiciário. Mesmo com os esclarecimentos prestados pela prefeita, permaneceu um certo constrangimento, amplamente explorado pela imprensa, e que acabou tirando parte do sabor de vitória do.